REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE JORNALISMO NA ERA DIGITAL

Nancy N. Ali Ramadan

(ECA/USP e Cásper Líbero)

Nesta última década as inovações tecnológicas foram responsáveis por aceleradas mudanças nos meios de comunicação. Para alguns autores, a própria globalização econômica teria origem, também, na globalização da comunicação, fortalecendo a idéia de aldeia preconizada por McLuhan (1969), contrariando as críticas de seus mais severos adversários (1). A comunicação não é só uma extensão do homem, é um complemento da nova sociedade, que desafia as fronteiras geográficas pela interligação proporcionada pelos satélites, e é aparentemente responsável pela formação de blocos econômicos e políticos criados com grande abrangência de objetivos e sedimentados pela ação política alicerçada pela comunicação na contiguidade territorial, lingüística e outros vínculos, principalmente econômicos.

Entre agentes e analistas dessas sociedades, que estão sendo estruturadas, estão os jornalistas, atualmente chamados comunicadores ou “homens de comunicação”. A ação de informar, entre os poderes que se incumbem dessa nova ordem política (na sua acepção mais abrangente) e os indivíduos integrantes dessa nova ordenação, precisa ser exercida por profissionais bem formados, ou seja, cômicos de seu papel e de sua responsabilidade social. Em outras palavras, o jornalista não pode ser visto em sua ação menor de simples “tradutor” de fatos. Agora, mais que em outros tempos, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, “para as articulações entre práticas de comunicações e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais”, como entende Marin-Barbero (2). O jornalista é responsável pela interpretação madura dos acontecimentos, já que exerce liderança natural pela ocupação de canais que possibilitam a recepção de mensagens por cidadãos e consumidores (e não por um público alvo ou pela audiência, como quer o marketing). Pode-se dizer que os agentes de comunicação, entre os quais estão os jornalistas e as empresas multinacionais - no sentido tecnológico - de

comunicação têm responsabilidades maiores, principalmente no campo ético, e para exercê-las deverão ter formação congruente com este papel que assumem no mundo.

Vários autores tentam dar conta do conceito de globalização. Alguns situam o fenômeno no começo da expansão capitalista, outros atribuem suas origens às inovações tecnológicas e comunicacionais. Estas posturas, bem como a discussão sobre os efeitos positivos ou negativos da globalização, se ela é inevitável ou não são analisadas por Canclini (3). Ele parte das diferenças sobre o significado e o alcance da globalização, faz a crítica àquelas posturas e afirma que pensar sobre o global exige transcender as duas posturas: a que faz da globalização um paradigma único e irreversível; e a que diz que não importa que não seja coerente e nem integre a todos.

O autor parte do seguinte pressuposto: a globalização é tanto um conjunto de processos de homogeneização como de fracionamento do mundo, que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las. Assim, a globalização não só se desenvolve em pedaços, como os articula de forma paradoxal ou ambivalente. A visão de Canclini acerca do fenômeno não é pessimista. Ele fala em trabalhar para construir “antes que um governo mundial, ou junto com ele, uma cidadania ecumênica que o faça possível”. (4)

Quero esclarecer que entendo que o matiz mais intenso da globalização – ou da sociedade que se pretende global - se traduz como a expansão, sem precedentes, do liberalismo econômico. Isso é bastante claro em países como o Brasil, onde a população está pagando o preço social da corrida para a inserção econômica no mercado liberal mundial. Neste mercado podemos observar a tendência de uma resposta única para todos, nos âmbitos econômico, político, cultural e social. E é no campo social que atua o jornalista. Assim, os responsáveis pela preparação de jornalistas precisam estar devidamente sintonizados com a necessidade social desses novos profissionais. É hora de discutir as estruturas programáticas, buscando apoio na Filosofia da Educação.

Os docentes da área de comunicação responsáveis pelo seu ministério, mais especificamente de jornalismo, prescindem de formação que ofereça elementos pedagógicos que dêem conta da prática jornalística em seu novo cenário. Mais que isso, necessitam de

formação que possibilite a articulação entre a teoria e prática na nova paisagem que se apresenta. Esta foi a hipótese central de trabalho de pesquisa - tese de doutorado - desenvolvido pela autora deste artigo (05).

O trabalho teve como enfoque justamente os formadores de jornalistas (e também sua formação), traçando o perfil atual desses professores, apontando para o que entendem por atividade jornalística e o que esperam dos futuros profissionais que têm em salas de aula. O objetivo foi o de oferecer alternativas, baseadas nas ciências da Educação e em outras áreas do conhecimento, no sentido de reciclar e/ou formar docentes engajados no alcance das novas tecnologias e na abrangência da responsabilidade social do jornalista atuando em um mundo sem fronteiras. O trabalho de pesquisa constituiu, de certa forma, uma continuação de minha dissertação de mestrado – Jornalismo Econômico de Prestação de Serviços e Instituições Financeiras: Uma Revisão Necessária – defendida em 1995 (6). Nela, pude evidenciar problemas na formação do profissional em jornalismo, especialmente quando os egressos das escolas de comunicação acabam exercendo a profissão nas editorias especializadas. E a especialização, a segmentação do noticiário, é tendência que ganha força com o avanço das novas tecnologias..

A bibliografia sobre o assunto não considera a abrangência atual das novas tecnologias. Mais que isso, aponta para a necessidade de atender a um mercado no qual a função do jornalista se confunde com a função do publicitário, do propagandista e do profissional de relações públicas. Por isto, o trabalho de pesquisa delimitou o problema às expectativas do professor de jornalismo, intimamente ligadas à sua formação. Procurei nelas e nas estruturas programáticas vigentes, criar o arcabouço de seu preparo para a docência em jornalismo. Além disso, o objetivo foi o de situar um conjunto básico de conhecimentos necessários à formação de novos profissionais. Não raras vezes, como verificamos ao longo do trabalho de pesquisa, as expectativas dos docentes em relação à prática jornalística estão enfeixadas em conceitos que não dizem respeito à sua área de atuação e, sim, à publicidade, à propaganda e às relações públicas.

Pouco se discute e se pesquisa nesta área tomando como eixo central de análise o preparo do professor, sua habilidade de comunicação em sala, seu referencial pedagógico.

Fundamento esta observação tendo como base minha trajetória como docente e jornalista e, principalmente, em dados obtidos em dois pré-testes e na pesquisa de campo propriamente dita do referido trabalho. A saber, os dois pré-testes foram aplicados junto a professores de várias regiões do Brasil, durante a realização XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, setembro de 1997, em Santos, São Paulo ; e durante o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares do Ensino de Jornalismo, abril de 1999, em Campinas, São Paulo.

O evidente desinteresse da categoria em responder aos questionários distribuídos, pela pesquisadora, nos dois eventos, já diz muito sobre o perfil do professor de jornalismo. Por exemplo, durante o referido Congresso do Intercom, de 80 (oitenta) questionários ali distribuídos, apenas 18 (dezoito) foram respondidos e devolvidos a esta pesquisadora. Cabe lembrar que todos os docentes presentes, em sua maior parte pesquisadores do ensino superior, foram informados sobre a importância de sua participação nesta pesquisa de doutoramento.

Não é fácil fazer pesquisa no setor, sistematizar dados sobre o professor de jornalismo, discutir o papel do educador nesta área de ensino. A resistência a essas reflexões, por parte dos docentes, é forte. Este problema se torna mais grave quando nos deparamos com as novidades tecnológicas que vêm se impondo com maior velocidade nesta década, exigindo novos conceitos e linhas de trabalho. As transformações ocasionadas pela cultura informática exigem do docente/pesquisador uma disposição para revisão e/ou atualização teórica e metodológica sem precedentes na história. Não estamos falando simplesmente de discussão em torno de currículos, estamos falando de uma reflexão sobre a prática do ensino de jornalismo num mundo onde espaço e tempo ganham novos contornos. Trata-se de verificar como essa prática vem se dando desde a criação destes cursos e particularmente nos anos 90.

Muitas questões poderiam ser levantadas sobre o assunto. Uma delas, por exemplo, remete à natureza do jornalismo, atividade aqui entendida como fundamental para a construção da cidadania. Essa concepção, por si, traz mais que a necessidade, a exigência da revisão de conceitos que fundamentam a prática jornalística para a adoção de uma Pedagogia que coloque em relevo a função social da atividade de informar. Esta foi a hipótese secundária do referido trabalho de pesquisa. Os professores precisam dominar os conceitos que vêm

norteando o jornalismo e o seu ensino, nos campos prático e teórico para redimensionar a função desses cursos. Só assim, estarão aptos para discutir currículos e conteúdos programáticos. O quadro é bastante complexo, mas temos de enfrentá-lo. A universidade não pode se furtar a essa reflexão e continuar atendendo – e mesmo neste caso, precariamente – a demanda de um mercado globalizado que vê o jornalismo como simples produto, dentro da lógica comercial que rege – agora de forma planetária – esse fim de milênio. Sem essa reflexão, a própria universidade estaria perdendo a sua função crítica e de vanguarda. Nunca se falou tanto, no Brasil, em integrar universidade e mercado como nesta última década e a consequência disso se reflete na instância ética das publicações e programas jornalísticos em vários veículos. Estamos encaminhando para o mercado de trabalho – que se pretende global – jovens “adestrados” (precariamente), sem a noção fundamental de seu papel enquanto sujeitos participantes de um amplo processo social. Temos que fazer essa reflexão com certa urgência já que se continuarmos a repetir em sala, sem a crítica necessária (o que reflete a má formação do docente) as fórmulas ditadas pelo mercado de trabalho estaremos rapidamente colocando por terra alguns propósitos da universidade, como o de criar massa crítica de reflexão da sociedade e o de gerar conhecimentos que visem a contínua construção da cidadania. Desta maneira, estaríamos contribuindo para um melhor preparo dos docentes, dimensionando o papel da universidade nas áreas em questão e, em outra ponta, instrumentalizando, com a responsabilidade que se faz necessária, os futuros profissionais do jornalismo no mundo globalizado.

Com o objetivo de proporcionar uma reflexão inicial sobre o tema, bem como para delimitar o campo dessa atividade, apresento aqui alguns conceitos e linhas de pensamento em torno do jornalismo, sua função social e de seu ensino nas escolas de comunicação.

“O jornal facilita as relações dos homens, entre si, suprime as antigas barreiras do tempo e do espaço, tende a estabelecer um nível mais elevado de justiça. Se a imprensa tem seus vícios, ela tem também suas virtudes. Ela é a guardiã, se não a mais responsável, o meio mais eficaz do direito da justiça, da liberdade, da honra, da probidade do Estado; a guardiã avisada de todos aqueles que detêm uma parte do poder público, a denunciadora implacável dos abusos e dos vícios de sua administração e de seu governo. Ela é a testemunha vigilante

que narra, todas as manhãs, aos cidadãos, os atos e os usos dos homens em seu posto, desde o guarda campestre até o ministro”. (G.H. Coston, in Bahia, Juarez. Jornal, História e Técnica, Ibrasa, São Paulo, SP, 1972, p. 09)

“Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa.”(Rossi, Clóvis, O Que é Jornalismo, Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 8ª edição, 1988, São Paulo, p. 07)

“O jornalismo é um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer; é uma maneira de viver, não é nenhuma cruzada. E por isso você faz um acordo consigo mesmo: o jornal não é seu, é do dono. Está subentendido que se vai trabalhar de acordo com a norma determinada pelo dono do jornal, de acordo com as idéias do dono do jornal (...) Sempre digo que o jornalismo não é uma profissão, é uma ocupação(...) o que é o jornalista é uma questão complicada. Depende muito do conceito que se tem da função do jornal, do jornalista, e do papel que eles exercem na sociedade. “ (Abramo, Cláudio. A Regra do Jogo, editora Companhia das Letras, 1988, São Paulo, p. 110)

“A retórica tradicional e clássica atribuía à imprensa o caráter de informar, de tornar os indivíduos conhecedores dos fatos e do mundo, de trazer os acontecimentos da esfera pública em todos os níveis para a casa das pessoas (...) Esta era uma visão ingênua do jornalismo, já que ele nem agora nem na sua origem foi qualquer coisa parecida com esta reprodução fiel de mundos. Jornalismo é, ao contrário, essencialmente seleção, ordenação, atribuição ou negação de importância de acontecimentos dos mais diversos, que passam a funcionar como se fossem um espelho do mundo. O jornalismo vale-se, portanto, desta máscara. Muito diferente disto, na prática, jornalismo é uma forma de se realizar a luta pelo

poder.” (Marcondes Filho, Ciro. Jornalismo Fin-de-Siècle, Scritta Editorial, 1993, São Paulo, p. 126-127.)

“(…) o professor Adelmo Genro Filho avançou na área epistemológica, e definiu o jornalismo como forma de conhecimento diferente daquela produzida pela Ciência (...), se sustenta num tripé formado pelas linguagens, as tecnologias e os diferentes modos de conhecimento. Se o jornalismo é produção de conhecimento diferente daquele produzido pela Ciência, tem importância social muito maior do que se tem atribuído a ele. (...) temos que revisar radicalmente a Pedagogia de nossas escolas, que até agora o via só como forma de comunicação.”(Meditsch, Eduardo. O Conhecimento do Jornalismo, editora UFSC, 1992, Florianópolis, p. 20)

“Como a Propaganda e as Relações Públicas, o Jornalismo é uma das ciências da Informação Coletiva ou da Comunicação Coletiva. As definições e jornalismo são numerosas e variam de acordo com o enfoque de cada um. Ao assumir, porém, a condição de ciência, toma contornos acentuados e bem visíveis, e pode ser definido como ‘o estudo do processo de transmissão de informação, através de veículos de informação coletiva, com características específicas de atualidade, periodicidade e recepção coletiva’ “. (Amaral, Luiz. Técnica de Jornal e Periódico, edições UFC, Tempo Brasileiro, 3ª edição, 1982, Fortaleza, p. 16)

“ ‘Pero, exclusivamente, la Idea, el Ser, la Naturaleza, de la obra, la igualdad de su sentido, la igualdad de sus características reconocidas como esenciales, la igualdad de sus características constantes y de la estructura de estas unidades – y todo lo que pertenece a ellas -, debe ser en una Ciencia Periodística lo esencial, es decir-lo importante fundamental’. A Ciência do Jornalismo deve fixar-se na investigação do ‘ser e essência’- do seu objeto. Para Groth isso se resume no estabelecimento e na análise das características da ‘nova ciência’, por ele definidas como: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão. (Bueno, Wilson da Costa. O Jornalismo como Disciplina Científica: A Contribuição de Otto Groth, ECA/USP, 1972, São Paulo, p. 12-14)

Não tomaremos um ou alguns destes conceitos como paradigma para discussão. Porém, é importante entender o jornalismo como uma atividade de interferência social, além de ser um dos espaços para a construção da cidadania. Para iniciar nossa reflexão sobre o ensino, podemos tomar como conceito de jornalismo o sugerido pelo prof. dr. Manuel Carlos Chaparro (utilizado no trabalho de pesquisa da autora): "Um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis", que "só se concretizam se os fazeres jornalísticos (envolvendo o uso de técnicas para a produção de uma expressão estética) forem cognitivamente controlados por intenções inspiradas nas razões éticas que dão sentido social a esse processo" (7).

O jornalista trabalha com fatos produzidos pela sociedade, portanto, fatos que a ela pertencem. Hoje, a discussão em torno da cidadania, em todas as suas instâncias - políticas, econômicas, sociais – aparentemente acontecem, de fato, na mídia. Em outras palavras, é na mídia, cada vez mais, o lugar onde são travadas todas as lutas, agora, com nuances multiculturais. Propaganda, publicidade e jornalismo se confundem, as fronteiras entre estas atividades da comunicação ficam cada vez mais tênues. “Homens de Comunicação” transitam pelas três, sem referenciais epistemológicos claros. Assim, o jornalismo, enquanto atividade de interferência social, com características distintas da publicidade, da propaganda e das relações públicas, envolve responsabilidades distintas nos campos ético, estético e técnico. Essas responsabilidades precisam ser retomadas e analisadas cuidadosamente diante de todas as transformações tecnológicas que passaram a permear o fazer jornalístico e, numa outra ponta, as relações sociais.

A visão dos críticos do ensino de jornalismo é tão diversificada quanto o seu conceito para os seus pesquisadores:

Marques de Melo, professor e pesquisador entende que “o jornalismo enquanto profissão encontra-se em processo de mutação radical – ética, técnica e filosófica – fenômeno nem sempre percebido pelas escolas, que ignoram ou minimizam as transformações que se operam em nível nacional e internacional, deixando de atuar como instâncias de vanguarda”. (8)

Para o crítico Alberto Dines, o ensino universitário do jornalismo é importante “... porque é na sala de aula, no exercício da teoria e na avaliação da prática, que o profissional pode enxergar mais longe. A reflexão não precisa necessariamente ser convertida em pomposas doutrinas mas pode converter-se em conceitos e, sobretudo, ideais. Não existe melhor lugar para usinar a prática com a teoria do que a universidade. Quem aprende gramática escreve com correção, quem pensa bem escreve bem, mas existem técnicas jornalísticas e filosofias do jornalismo que precisam ser trabalhadas conjuntamente, longe da correria dos ‘fechamentos’, das injunções e precariedades do dia-a-dia. A sala de aula, conveniente e necessariamente equipada – em termos materiais como humanos – é insubstituível para fundir ética com técnica, ideal com real(...). Já anotamos que o jornalismo, por ser uma atividade essencialmente intelectual, pressupõe no seu exercício uma série de valores morais e éticos. Sabe-se que o processo de informar é um processo formador, portanto, o jornalista, em última análise, é um educador”. (9)

Não é esta a visão de Ethevaldo Siqueira, jornalista especializado em telemática, para quem “os cursos de graduação de jornalismo são praticamente inúteis, pois não atendem à finalidade para a qual foram criados, ou seja, para formar bons profissionais. (10)

Para o jornalista Danton Jobim, a renovação do jornalismo advém da crítica forjada nas universidades. Para ele, “têm as escolas de jornalismo, que começam a multiplicar-se na América Latina, três funções principais: formar profissionais, ministrando conhecimentos da técnica do cotidiano e do periódico, bem como conhecimento, que elevem o nível de cultura geral dos que se propõem ingressar nas redações; pesquisar e analisar os métodos empregados atualmente na imprensa local, promovendo a melhoria dos padrões técnicos da mesma; e evitar a formação puramente empírica de jornalistas na redação, que tende a perpetuar métodos rotineiros e vícios profissionais (...)”. (11)

Para o professor Martinez Albertos, o aprendizado sistemático do fazer profissional é importante porque “la información de actualidad o Periodismo: tiene como fin específico la difusión objetiva de hechos a través de la información, la interpretación y el comentario de los acontecimientos que son noticia”. (12)

Como se vê, não faltam conceitos dando conta da atividade jornalística, nem considerações sobre o seu ensino. A amostragem conceitual apresentada de alguma maneira diz respeito às preocupações da autora e às preocupações centrais do trabalho desenvolvido na pós-graduação. Entendemos, contudo, que com maior ou menor brilhantismo discursivo, nenhum deles é capaz de englobar as atividades e as funções do profissional de imprensa.

O pensamento de Manuel Carlos Chaparro (13), apesar de sucinto, nos parece ser o melhor referencial para conceituar jornalismo. Ele foi buscar na Pragmática, “vertente da lingüística e da Semiótica que dá conta da extensão social de das conseqüências sociais dos enunciados “ e na lógica de Teun van Dijk (14) a seguinte bases para um modelo descritivo da ação jornalística: “(...) o ato de fala próprio do jornalismo é o de asseverar (do latim asseverare – afirmar com certeza, segurança)”.

Para Chaparro, “sendo o jornalismo um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis, esse processo só se concretiza se os fazeres jornalísticos (envolvendo o uso de técnicas para a produção de uma expressão estética) forem cognitivamente controlados por intenções inspiradas nas razões éticas que dão sentido social a esse processo”.

Podemos - e precisamos - estabelecer uma distinção necessária em termos conceituais no que diz respeito ao jornalismo e as demais atividades na área da Comunicação. Ser observarmos o jornalismo praticado em diversos veículos é possível perceber que o noticiário não está preocupado com a precisão nos relatos, o que gera a ambigüidade típica da propaganda (que utiliza parcialmente as informações). E isso é, também, um reflexo da formação inadequada do jornalista em várias instâncias (das éticas às técnicas). Jornalista que muitas vezes também é professor em cursos de graduação.

Quero dizer que, especialmente nesta era, caracterizada pelo ritmo veloz imposto pelas novas tecnologias da informação, aparentemente não há espaço para jornalistas e professores de jornalismo refletirem sobre sua atividade. Não há espaço ou interesse?

O conceito de Chaparro pode ser enriquecido por conclusões de outros estudiosos, pois a abrangência de seu estudo contém essas reflexões e a delimitação clara da atividade jornalística em relação às atividades contíguas às suas na área de Comunicação. Podemos retomar, neste sentido, objetivos finais de cada área, fixados por Albertus (15), a fim de

estabelecer com maior clareza fronteiras entre as atividades vinculadas à comunicação: Informação de atualidade (ou periodismo) – tem como fim específico a difusão objetiva de fatos, através da informação, interpretação e comentário dos acontecimentos que são notícia; Propaganda: tem como fim específico a difusão de idéias ou doutrinas através da sugestão emotiva que se dirige a obter certo grau de coação sobre os receptores; Publicidade: tem como fim específico a difusão de uma mercadoria entre os consumidores num regime de mercado competitivo; Relações Públicas: têm como fim específico a difusão parcial de fatos e idéias relacionados com uma atividade ou serviço, com o objetivo de criar um clima de cordialidade pública a favor desse serviço.

Observando atentamente estes fins, podemos verificar como é tênue atualmente a linha que divide estes campos. E isso se reflete na prática equivocada do jornalismo e do ensino de jornalismo, especialmente de meados da década de 80 para cá, período em que se deu a informatização das redações. Quem ministra aulas de jornalismo e faz pesquisa no setor, não terá dificuldade para dimensionar, especialmente nesta década, a forte preocupação dos docentes com o mercado de trabalho. Preocupação justa. No entanto é intrigante que essa preocupação surge, muitas vezes, acrítica, ou seja, a adequação do futuro profissional num mercado de trabalho onde a prática do jornalismo está equivocada, especialmente quanto aos seus fins, passa a ser objetivo único de professores e alunos.

Assim, o futuro profissional não é estimulado a refletir/teorizar em torno da atividade que irá desempenhar num cenário extremamente competitivo e às voltas com a nova paisagem tecnológica. Trata-se de um cenário no qual etapas do processo jornalístico vêm sendo queimadas e as relações profissionais se modificam aceleradamente, como impõe a marcha global. Não raras vezes, como o desdobrar do desenvolvimento das chamadas infovias da informação, exige-se que o profissional passe também a atuar como gerenciador de um processo que transcende o reportar/interpretar e comentar fatos. Temos agora um profissional que lida com o jornal e com o jornalismo, com todos os paradoxos e conflitos que isso acarreta.

A universidade, valorizando o domínio técnico/gerencial dos novos ambientes de trabalho (e até nessa instância, precariamente) em detrimento de algumas reflexões

epistemológicas e éticas, que deveriam orientar a prática, parece deslumbrada com o novo aparato tecnológico no setor. Assim, pouco se discute – ou se estimula – como se deve sobre os efeitos destas transformações na atividade jornalística, atividade que envolve questões sociais. Muito menos se fala sobre a perigosa aproximação/fusão daquelas quatro áreas: Jornalismo, Publicidade, Propaganda e Relações Públicas.

Muitos dos docentes dos cursos de jornalismo também atuam no mercado de trabalho. Não raras vezes, são convidados para lecionar em função do prestígio que seus nomes - ou melhor, os nomes do veículo onde atuam - irão conferir à escola. São professores que - sem a maturidade necessária no que diz respeito ao processo educativo - passam aulas e aulas narrando suas experiências do dia-a-dia. Discutem bastante a prática - de acordo com o parâmetro do mercado- e perdem de vista o objeto: o jornalismo. Estes docentes podem “adestrar” os estudantes tecnicamente falando, sem preocupações com a função do jornalismo enquanto atividade de interferência social. Em geral, estes docentes estão voltados para os fins das empresas: vender. Outros, totalmente afastados do mercado, da prática, resistem à discussão sobre as transformações técnicas da atividade jornalística, negando a relação alinhavada entre prática e teoria. Ministram disciplinas importantes para a formação ética e teórica do futuro profissional, porém, não estabelecem e relação necessária entre os conceitos e o fazer.

Assim, de um lado temos a graduação desarticulada, correndo atrás de um mercado em transformação e, de outro, a empresa jornalística que passa a absorver parâmetros conceituais e técnicas até aqui próprios de atividades não jornalísticas, como a Publicidade, a Propaganda e Relações Públicas. A cooperação entre escolas de jornalismo e as empresas jornalísticas deve existir. Mas essa cooperação deve se dar de forma responsável. Cabe à empresa oferecer cursos para “focas” ? Integrar escola e empresa, deixando para esta última a formação que o mercado exige, é a missão da universidade, espaço de vanguarda, criatividade, análise e mediação crítica?

Fundador da Sociedade de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom), o pesquisador José Marques de Melo (16) divide o ensino de jornalismo no Brasil em três fases: A primeira, 1946 a 1960, quando surgem os primeiros cursos e, depois, as Escolas,

com a implantação de experiências pedagógicas de inspiração européia ou norte-americana; a Segunda, de 1961 a 1969, quando o Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina), fundado em 1960, começa suas atividades no continente sul-americano, propondo novos padrões de ensino e introduzindo a mentalidade da pesquisa científica; e de 1969 aos nossos dias, quando a profissão de jornalista é regulamentada, tornando-se privativa dos portadores de diplomas de nível superior. Como consequência disso – diz Melo – as universidades começam a despertar para a significação do preparo de profissionais para a imprensa, e as escolas iniciam a busca de novos caminhos, mais adequados à realidade brasileira e integrados no esforço de desenvolvimento nacional.

As três fases foram definidas por Melo, em 1972 durante a Semana de Estudos de Jornalismo. Certamente não se imaginava, então, a velocidade do avanço das novas tecnologias no setor todos os seus desdobramentos, igualmente marcados por aceleração sem precedentes. Assim, vamos nos permitir acrescentar algumas observações, especificamente na terceira fase. Ela poderia ser dimensionada da seguinte maneira: de 1969 (exigência legal do diploma) até meados da década de 80 (quando a informatização das redações acontece). Em meados dos anos os 70 surgem, em nível de pós-graduação, trabalhos reflexivos sobre a atividade jornalística. Essa fase não é muito nítida, mas começa com as primeiras teses e dissertações na área. Mais tarde, na década de 80, as escolas são pegadas no contrapé no que diz respeito ao ensino - não estão suficientemente equipadas, tecnicamente falando, e sequer conceitualmente preparadas para dar conta das recentes transformações que as novas tecnologias acarretam no cenário jornalístico.

Podemos falar de uma quarta fase, já que tempo e espaço ganham novos contornos e o ritmo global impõe atualização similar ao ritmo da criação de novos softwares. Essa quarta fase tem início em 90, quando a universidade começa a incorporar estas novas tecnologias com maior intensidade, sem amadurecer um projeto pedagógico que relacione nas instâncias prática e teórica as mutações que a profissão vem sofrendo, bem como o ensino de jornalismo. E é nesta quarta fase que podemos observar a quase que total despreocupação dos docentes com o ensino de jornalismo em seu aspecto filosófico. Aparentemente, as "facilidades" técnicas para a produção de material jornalístico e a

velocidade embutidas na nova paisagem tecnológica dariam conta de tudo: não seria necessária uma reflexão no campo da filosofia de Educação, bastaria dominar o aparato técnico.

Encantados com as novidades da era digital, os docentes, em sua maioria, sequer questionam a implantação e o uso do novo instrumental técnico. Mais grave, acolhem - muitas vezes sem a crítica necessária - toda a ideologia embutida nas novas tecnologias, por exemplo, o imediatismo das soluções editoriais que já vêm prontas nos softwares, sem vislumbrar como fim a qualidade da informação. São raríssimas as publicações em rede que apresentam uma concepção - visual e conteúdo - trabalhada para a internet. O que vemos ao navegar são jornais e revistas impressos rapidamente (e mal) adaptados para a leitura em vídeo. Essa visão - a de se apropriar sem a crítica necessária- daqueles que fazem jornalismo para a rede mundial se reflete no ensino. Cursos pela internet - até mesmo de pós-graduação - na área de jornalismo são rapidamente criados. A idéia é a de estarmos inseridos no cenário global, no primeiro mundo, de qualquer maneira.

Aparentemente, não há tempo para se pensar em ensino sob o prisma humanístico, que foge ao resultado/eficiência técnica imediatos. Nem para pensar no futuro jornalista como pessoa. Basta adestrar (e mesmo assim, de forma precária), profissionalizar. Será que o aluno e o docente não são mais pessoas que podem e querem aprender, que buscam condições de crescimento pessoal, como enfatiza Carl Rogers? (17). Tudo indica para muitos docentes dos cursos de jornalismo, melhor seria se cada estudante tivesse um chip incorporado na pele: os "mestres" poderiam descarregar conteúdos por download....

Que caminho vamos escolher? Adepta de uma postura humanista, lembro que Rogers nos encoraja e optar por uma mudança na visão escolar, mostrando-nos a viabilidade de um ensino em que pessoas inteiras - do educador e do educando - sejam consideradas, possam crescer e aprender, tanto com suas emoções como através de suas capacidades intelectuais. De acordo com Rogers, o homem tem dado provas, muitas vezes dramáticas, de que para sobreviver em sua essência humana depende de metas que o ultrapasse: sua vida precisa de um significado que o transcenda: "Numa época em que a descrença e a descoberta se alternam, vemos a tecnologia engolir o individual e a ciência nos reduzir a biocomputadores mas, também, respectivamente, nos transportar a outros planetas e revelar

potencialidades incríveis. (...) Se optarmos por uma aprendizagem que combine o cognitivo e o afetivo-vivencial, parece-me óbvio que precisamos de uma mudança, quase equivalente a uma revolução, na formação de nossos professores. (...) Temos a vontade, a determinação de utilizar esse conhecimento para humanizar nossas instituições de ensino? Essa é a pergunta a que devemos todos responder."(18).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) MCLUHAN, Marshall. Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem, São Paulo, editora Cultrix, 1969, p.385-386.
- (2) MARTIN-BARBERO, Jesús. Dos Meios às Mediações – Comunicação, Cultura e Hegemonia, Rio de Janeiro, editora UFRJ, 1997, p. 282-321.
- (3) CANCLINI, Néstor García. “La Globalización en pedazos: integración y rupturas en la comunicación in Diálogos de La Comunicación, nº 51, FELAFACS, Lima, 1988, p. 10-22.
- (4) IDEM
- (5) RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. Jornalismo na Era Digital: Construindo uma Filosofia de Ensino, tese de doutorado, ECA/USP, São Paulo, 2000.
- (6) RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. Jornalismo Econômico de Prestação de Serviços e Instituições Financeiras: Uma Revisão Necessária, tese de mestrado, ECA/USP, São Paulo, 1995, p. 66-67.
- (7) CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do Jornalismo Buscas Práticas para uma Teoria da Ação Jornalística, Summus Editorial, São Paulo, 1994, p.116.
- (8) MELO, José Marques de. Transformações do Jornalismo Brasileiro Ética e Técnica, coleção GT's, Intercom, nº 02, São Paulo, 1994, p. 10.
- (9) DINES, alberto. O Papel do Jornal, Summus editorial, 5ª edição, São Paulo, 1986, p. 22.
- (10) SIQUEIRA, Ethevaldo. “Cursos Inúteis”, Jornal da Tarde, (edição do dia 02/11/95, São Paulo).
- (11) JOBIM, Danton. Espírito do Jornalismo, Edusp/ComArte, coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro, São Paulo, 1992, p. 84.

(12) ALBERTUS, Jose Luis Martinez, Curso General de Redación Periodística, Paraninfo, Madri, 1992, p. 32.

(13) CHAPARRO, Manuel Carlos. Pragmática do Jornalismo Buscas Práticas para uma Teoria da Ação Jornalística, Summus Editorial, São Paulo, 1994, p. 113.

(14) VAN DJIK, Ciência del Texto, in Chaparro, Manuel Carlos. Pragmática do Jornalismo Buscas Práticas para uma Teoria da Ação Jornalística, Summus Editorial, São Paulo, 1994, p. 113.

(15) ALBERTUS, Jose Luis Martinez, Curso Genral de Redación Periodística, ed. Paraninfo, Madri, 1992, p. 32.

(16) MELO, José Marques de. O Ensino de Jornalismo/ Documentos da IV Semana de Estudos de Jornalismo (1972), ECA/USP, São Paulo, 1972, p. 09.

(17) ROGERS, Carl R. A Pessoa Como Centro, EPU/Edusp, São Paulo, 1977, p. 141-161.

(18) IDEM